



()

Diplomacia da bola e o uso do esporte na política externa brasileira

30 de junho de 2014 por Eloi Martins Senhoras (/author/eloisenhoras/)

O esporte tem tradicionalmente ocupado um relevante papel nas relações internacionais contemporâneas em função de sua dimensão fática axiológica e fática, tanto, na projeção econômica de interesses de grandes grupos empresariais, cuja força tem uma natureza paradiplomática, quanto, na projeção política dos Estados Nacionais por meio de um padrão de poder inteligente, seja como meio de difusão de softpower, seja como fim promoção do hard power com o adestramento das forças armadas.

Compreendendo a importância crescente que o esporte tem nas relações internacionais contemporâneas, tanto, no plano diplomático em função das oportunidades trazidas pelos megaeventos esportivos com a conformação de parcerias inter-estatais, quanto, no plano paradiplomático em razão do fomento à oportunidades de negócios internacionais, o governo brasileiro institucionalizou de maneira incremental o esporte como um eixo de soft power na sua política externa por meio de duas etapas.

Em um primeiro momento, no ano de 2004, a iniciativa de envio da seleção brasileira de futebol ao Haiti no ano de 2004 foio primeiro empreendimento da política externa brasileira, em parceria com a Federação Internacional de Futebol (FIFA), que teve o objetivo de criar uma imagem positiva do Brasil junto à população local por meio de uma diplomacia da bola, e, por conseguinte, do papel do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH).

Em um segundo momento, no ano de 2008, a criação da Coordenação-Geral de Intercâmbio e Cooperação Esportiva (CGCE) no Ministério de Relações Exteriores se tornou no lócus de institucionalização do esporte como eixo de soft power na política externa brasileira, ao trazer o objetivo de projetar o país por meio da promoção da cultura esportiva brasileira no exterior, a qual está claramente identificada pela diplomacia da bola, um vez que segundo o embaixador Roberto Jaguaribe, “o melhor embaixador do Brasil é o futebol”.

Ambos os momentos foram fundamentais para construir uma concepção de instrumentalização do esporte na política externa, na qual o futebol fornece uma concepção político-identitária e comercial à diplomacia esportiva brasileira que visa participar e influenciar crescentemente organizações internacionais, fomentar negócios com países europeus e os Estados Unidos (megaeventos da Copa e Olimpíadas), bem como aumentar a influência do país por meio de parcerias na África, Oriente Médio, Ásia e América Central (cooperação esportiva).



No Brasil, a diplomacia da bola engendrada pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva, sob a coordenação do Ministro Celso Amorim representou a concepção maior da ideologia presente na diplomacia esportiva do país, haja vista que o futebol brasileiro representa, tanto, a construção da identidade (inter) nacional do Brasil, quanto, a naturalização versátil, forte e astuta de um país emergente no mundo.

Fundamentado em uma diplomacia da bola, o CGCE possui cinco flancos de ação: 1) Negociação de cooperação esportiva com países parceiros; 2) Atuação na realização de megaeventos em megaeventos esportivos no Brasil e no exterior; 3) Acompanhar, instruir e supervisionar a posição oficial brasileira em organismos internacionais esportivos; 4) Interlocução com atores internacionais e intra-nacionais de âmbito governamental, esportivo e acadêmico; 5) Promoção de ações pontuais de capacitação e de natureza epistêmica ou técnica em relação ao esporte.

Os objetivos de projeção internacional por meio da diplomacia da bola não são originais, mas antes resgatam uma visão nacional desenvolvimentista presente na diplomacia brasileira de natureza Varguista e que repercutiram, após a II Guerra Mundial, na exposição do Brasil como sede da Copa de 1950, com estádios nas cidades de Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Recife, São Paulo, e Rio de Janeiro, onde foi construído o maior estádio à época, o Maracanã.

Diferentemente dos resultados da década de 1950, a atual diplomacia esportiva do Brasil tem muito rapidamente deteriorado a sua capacidade de positiva projeção internacional do país, uma vez que as parcerias de cooperação sul-sul têm baixo potencial de encadeamento nos países de destino e as infra-estruturas dos megaeventos se estruturaram em um período de desaceleração da economia internacional e do próprio Brasil, claramente diferente do momento de projeção internacional do país à época da candidatura.

Observa-se, portanto, que o período que vai entre os anos de 2004 a 2014 finda um decênio de implantação gradativa da diplomacia esportiva brasileira, cujo balanço institucional se mostra ao final menos positivo e promissor em relação objetivos iniciais de sua construção frente, devido à projeção de um discurso ideal de soft

power que teve pouco pragmatismo operacional em grande parte aos problemas de sua instrumentalização por parte do governo brasileiro.

Embora a diplomacia esportiva do Brasil tenha uma extraordinária capacidade de projetar a imagem brasileira no exterior, ela carece de resultados no curto prazo à medida que, tanto, busca construir no longo prazo um ambiente de colaboração internacional baseado em uma reciprocidade difusa, sem necessárias contrapartidas, quanto incorre em problemas de operacionalização e efetivação de compromissos assumidos com países ou organismos esportivos.

No Haiti, logo após a população da capital, Porto Príncipe, ter parado para assistir ao “Jogo da Paz” entre Brasil e Haiti, a positiva diplomacia esportiva alicerçada na imagem dos craques brasileiros, presentes como embaixadores da promoção da paz durante 5 horas no ano de 2004, muito rapidamente se esvaiu diante de um hiato de anos em que restaram apenas as tropas militares.

No Brasil, o clima político de tensão na Copa das Confederações (2013) e na Copa do Mundo (2014), devido às manifestações sociais contrárias à má qualidade dos serviços públicos, os excessivos gastos públicos com os preparativos dos megaeventos esportivos, bem como os atrasos e cancelamentos de algumas obras de infraestrutura, fizeram com que a projetada construção de imagem positiva do país, como global player, se revertisse em clara deterioração e questionamento no contexto internacional.

Por mais que os megaeventos, como a Copa, representem um momento propício para aproximar e catalisar relações bilaterais do Brasil com outros países, são questionáveis os ganhos marginais oriundos de negociações de bastidores, haja vista as suspeitas de corrupção, desperdício e rentseeking, bem como os custos à operacionalidade da soberania nacional no Brasil, com as excessivas ingerências contra a ordem de organizações internacionais, como registrado pela FIFA.

Conclui-se, com base nestas discussões, tanto, teóricas sobre o esporte e as relações internacionais, quanto, analíticas, sobre a diplomacia esportiva brasileira, que o esporte, embora materialize um fato político e econômico complexo nas sociedades modernas, o qual é tido como meio e fim permeado pelas dinâmicas de competição e cooperação, também, se caracteriza como um valor de hibridação de diferentes interesses entre Estados Nacionais, organizações internacionais e empresas, já que transmite uma ideologia de prestígio, de status, de nacionalismo, de internacionalismo, de guerra e diplomacia.

*Elói Martins Senhoras é economista e cientista político, especialista, mestre, doutor e pós-doutorando em Ciências Jurídicas. É professor universitário em cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Email para contato: eloisenhoras@gmail.com (<mailto:eloisenhoras@gmail.com>).

Compartilhe:

Facebook (<https://www.facebook.com/sharer/sharer.php?u=>)

Twitter ([https://twitter.com/share?url=&text=Diplomacia da bola e o uso do esporte na política externa brasileira&via=PortalMacuxi](https://twitter.com/share?url=&text=Diplomacia+da+bola+e+o+uso+do+esporte+na+pol%C3%ADtica+externa+brasileira&via=PortalMacuxi))